

O INTERDITO COMO FUNDADOR DO DISCURSO

*Fabio Elias Verdiani TFOUNI**

Resumo: *O objetivo deste artigo é refletir sobre a possibilidade de se propor que o interdito é o fundador do discurso. Para tanto, discutimos o trabalho de Orlandi, para quem o fundador é o silêncio. Nosso argumento é o de que, se é possível dizer tudo, acaba-se por não dizer nada; portanto, é uma necessidade estrutural da linguagem, que não seja possível dizer tudo.*

Palavras-chave: *Discurso; fundador; interdito; silêncio; psicanálise.*

Este trabalho pretende apresentar uma discussão que articule conceitos da análise do discurso (AD) e da psicanálise. Especificamente, pretende-se investigar a possibilidade de se propor o interdito como fundador do discurso e da produção psíquica. A proposta é que a AD e a psicanálise estariam ligadas por um mesmo conceito, que regeria tanto a experiência (humana) de linguagem quanto a da “vida mental”. O interdito pode ser um bom caminho para olharmos, de um outro ponto de vista, conceitos como: transparência, opacidade, liberdade e outros.

Das concepções de Orlandi (1992), vemos que o silêncio é o espaço da multiplicidade, a partir do qual qualquer discurso pode se tornar efetivo, deixando sua condição de vir-a-ser. No momento em que um discurso é instaurado, os outros se apagam, dando a impressão de que o discurso saiu do nada, ou de uma “vontade do sujeito”. Fica a impressão de que é o sujeito quem escolhe o que quer dizer e o que quer silenciar (e chega a realizar o que escolheu).

A análise do discurso (PÊCHEUX, 1993) propõe que o que determina um discurso são as suas condições de produção. Mas determinar não é prever, já que, como veremos mais adiante, o discurso é movimento, é equívoco. Lembrando a metáfora saussuriana do jogo de xadrez, vemos que, apesar de certas condições de produção, exis-

* Doutor em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, SP. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida (FFCLNSA) – Sertãozinho – SP. Endereço eletrônico: fabiotfouni@hotmail.com

te uma liberdade de escolha que torna o jogo imprevisível. O seguinte trecho de Orlandi fala sobre a liberdade, ou a não previsibilidade do discurso:

“... embora seja preciso que haja sentido para se produzir sentidos (falamos com palavras que já têm sentidos), estes não estão nunca completamente já lá.” (1992, p. 24).

Se considerarmos que o que determina o dizer são as condições de produção, seria importante vermos o que elas são: poderíamos dizer que é o sujeito histórica e materialmente dado em relação com os discursos historicamente produzidos, bem como a sua posição frente a esses discursos. No entanto, deve ficar claro que as condições de produção não são aquelas de que a antropologia ou a sociologia fala. Para elas, o discurso de um trabalhador, por exemplo, reflete exatamente o pensamento de um trabalhador.

As condições de produção devem ser entendidas num sentido mais amplo, não apenas enquanto posição empírica de um sujeito que determina seu dizer. Os discursos prévios (o interdiscurso) devem ser entendidos como fornecedores de discursos (ou sentidos) para o sujeito, pois este não fala a partir de um vazio, mas a partir dos discursos historicamente construídos. O sujeito não escapa deles; só pode falar a partir deles. A posição em que o sujeito se encontra não é vista por ele mesmo com transparência; o sujeito não vê necessariamente a realidade de sua posição. Assim, efetiva-se uma espécie de alienação, ou divisão, de forma que o sujeito pode ter uma posição no sentido estrito (sociológico), mas o lugar de onde ele fala não é tomado por ele nesse sentido – este lugar está transformado.

Não levar o interdiscurso em consideração seria aceitar a ilusão descrita por Pêcheux do sujeito na origem do seu próprio dizer, o que levaria ao apagamento do histórico, portanto. Assim, enquanto a AD considera condições de produção de um discurso tanto aquelas estritas (ou seja, relativas ao contexto de enunciação), quanto aquelas amplas (ou seja, relativas ao contexto sócio-histórico), as ciências sociais levam em consideração predominantemente as condições de produção no sentido estrito. Assim, o interdiscurso fica apagado nas análises “sociologizantes”, o que acarreta que as duas ilusões mencionadas por Pêcheux (1993) – o sujeito como fonte do sentido e a transparência do sentido – não possam ser eliminadas da análise, que, por este motivo, acaba adotando uma perspectiva conteudística.

Falando das condições de produção, Pêcheux diz:

“Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (1993, p. 82)

Mas na verdade, ao perguntarmos o que são as condições de produção, estamos perguntando o que é que faz uma pessoa dizer uma coisa e não outra(s). Com efeito, a explicação acima é válida, mas há outra que convive com ela, e foi extraída da política: Lebrun (1994), comentando Foucault (1977), diz que as pessoas costumam encarar o poder como algo apenas proibitivo, restritivo; algo que diz o que não se pode fazer. Segundo Foucault, o poder é mais do que isso: serve para organizar o que as pessoas podem fazer. Poderíamos dizer que serve, mesmo, para tornar possível esse fazer, pois, se tudo é possível, não se faz nada. Assim, o interdito pode ser visto como organizador da vida social. Esse conceito é válido também para o discurso: As condições de produção interdizem que o sujeito produza algum discurso fora delas; restringem, para possibilitar, não todo, mas algum discurso.

O interdito é também fundador na psicanálise: ele é a base da castração, e é sua relação a ela que estabelece em que estrutura o sujeito está, e suas possibilidades de produção psíquica. A partir do momento em que se está em uma estrutura e não em outras, se funciona de um jeito e não de outro.

A questão do recalque é um ponto por onde se pode tocar a questão do interdito, pois todo recalque é uma relação ao não dizer. Este aspecto está ligado à questão da transparência do sujeito. Para mim, a opacidade é um efeito do recalque no sujeito, que impede (ou interdiz) que o sujeito apareça como realmente é. O sujeito não é transparente porque, quando está falando, está no domínio da vontade, do ego, mas para que o sujeito verdadeiramente apareça é preciso que surja algo do campo do desejo.

Existem aqui embutidas outras indagações que merecem atenção posterior, como por exemplo, de qual sujeito estamos falando neste caso, e se existe uma relação entre ele e o sujeito do discurso. O

que ocorre é que o ego (ou a barreira do recalque) mantém o discurso dentro da vontade, dentro do domesticável pela sociedade; mas o sujeito verdadeiro não pode ser visto aí, nas coisas que ele fala a respeito do mundo; o sujeito só aparece porque o inconsciente (ics) insiste em aparecer, e, nessa insistência, rompe a barreira do recalque e surge através de uma das formações do inconsciente (sonho, ato falho, piadas ou sintoma). O sujeito não é transparente, porque ele não está no discurso sobre o mundo, sobre a realidade (no imaginário), ele está, sim, **do lado de fora** do enunciado, e o momento precioso em que o enunciatário aparece são as formações do inconsciente. Como o próprio Lacan diz (1985), o ics está do lado de fora, e o Outro, já lá. A noção de que o ics está do lado de fora implica o questionamento do ics como reservatório (sobre o ics esvaziado, ver também COTTET, 1987).

Aceitar que o inconsciente vem de fora implica que há certas condições de produção que obrigam o sujeito a dizer algo, mesmo que à sua revelia. Note-se que esta posição está de acordo com a análise do discurso, quando esta diz que o sujeito não é livre. Outro ponto ligado a isso na psicanálise é o fato de que o sujeito não fala, ele é falado. A esse respeito, temos o seguinte trecho de Joel Dor:

“A supremacia do significante se traduz, portanto, eletivamente por uma dominação do sujeito pelo significante, que o predetermina lá mesmo onde ele crê escapar a toda determinação de uma linguagem que ele pensa controlar”. (1992, p. 45).

A questão que quero trazer é a de que a barreira do recalque, que é ela mesma resultado de uma relação à castração, é uma interdição (além da própria castração) a que se produza qualquer coisa, e parece, assim, que o próprio sujeito fica privado de sua verdade; há uma divisão do sujeito que o aliena de sua própria verdade.

Para Orlandi (1992), o silêncio é que é o fundador. Nesta pesquisa, gostaria de discutir e aprofundar este ponto de vista, procurando relacioná-lo com a seguinte reflexão: para mim, o silêncio é o espaço do múltiplo, é a condição de vir-a-ser do discurso, onde o real, as coisas, “estão lá”, mas não se pode falar delas. Penso que o que funda o discurso é o interdito, é a interdição de não se poder falar qualquer coisa, para que se possa falar alguma coisa. Minha proposta, então, caminha na direção de argumentar que a interdição é **condição de produção** de um discurso. Quando temos certas condições de produção, alguns discursos são possíveis e outros interditados.

Sem a interdição, nada se efetiva; o mundo “real”, se pudéssemos traduzi-lo, seria um mundo de coisas que “estão lá”, mas não podemos tocá-lo, porque não se deu nome às coisas, é um mundo onde nada se faz. Isto se pudéssemos traduzi-lo, pois o mundo real é apenas algo que supomos existir. E suposição de existência, porque o real tal como ele é (em si mesmo) é interdito a nós, pois tudo está atravessado pelo simbólico. Se à coisa em si é adicionado o simbólico, aquilo que vemos (e de que falamos) já não é mais a coisa em si. O simbólico é como uma roupa que veste as coisas, da qual elas nunca se desnudam.

De outro ponto de vista, o simbólico interdita o mundo natural para o homem; assim, só os animais são capazes de ver o mundo em si, mas os animais não se diferenciam do mundo em si: deve haver algo da dialética do reconhecimento de Hegel aí (ver, a esse respeito, KOJEVE, 2002), pois o homem só reconhece a si mesmo ao se diferenciar do outro, no caso, a natureza.

O simbólico, enquanto aquilo que captura o sujeito, deve ser considerado condição de produção de um discurso pois, nesse sentido, sua presença na vida humana não depende de uma escolha do homem. Pensar assim seria como postular uma teoria que atribuísse ao homem um papel apenas ativo em seu processo de aquisição da linguagem. Ao ser capturado à sua revelia, não está à sua escolha ser alguém que vive no e pelo discurso -ao ser capturado, a linguagem opera uma restrição que não é de sua escolha.

É preciso investigar qual a natureza das condições de produção, pois, possivelmente não se trata apenas do materialmente e historicamente dado, nem das categorias sociológicas. Há que haver uma outra historicidade, outra concretude e outra materialidade. Para Saussure (1994), “imagem acústica” não é o som da natureza em estado bruto; é, ao contrário, a representação que nos é dada pelos sentidos. Isto significa que tudo que é do reino verbal não é um “em si mesmo”, mas é sempre atravessado pelo psíquico. Assim, fica evidenciado que a “coisa, em si” realmente é inacessível.

Na Psicanálise, o impedimento do acesso à natureza “em si mesma” tem origem na metáfora paterna, que seria a operação de acesso ao simbólico e, conseqüentemente, da morte da coisa.

A relação à castração (ao interdito), é expressa na metáfora paterna, sendo a castração, o operador que restringe o desejo, pela substituição do “desejo da mãe” pelo “nome do pai” que é, ele, o elemento interdito. Como condição primeira de interdição, a metáfora

paterna pode ser a origem do ser falante, além do psíquico.

Em Orlandi (1992), o silêncio é a possibilidade de flutuação dos sentidos. Na minha proposta, esta flutuação só seria possível a partir de um operador: a interdição.

Possivelmente, possamos dizer que o simbólico (na Psicanálise) e as condições de produção (na AD) são esses operadores, mas eu colocaria no seu lugar o interdito, pois ambos teriam uma função de restringir. Como se rompe com o silêncio e com a intocabilidade do real? No meu entender, é precisamente cortando a possibilidade de se produzir todo discurso para que seja possível que se produzam apenas alguns discursos; portanto, interditando outros.

Para Lacan, a palavra é a morte da coisa. Afirma o autor; “Sin duda la letra mata, como dicen, cuando el espíritu vivifica.” (1971, p. 194), de onde podemos interpretar que a coisa “em si”, o desejo original, não é mais acessível ao ser humano; ela é interdita pelo simbólico. As condições de produção de um discurso também interditam que se produza todo (qualquer) discurso. O processo de interdição dos discursos (dos sentidos, portanto) pode ser visto nesta passagem de Orlandi: “Por outro lado, há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. (1992, p. 12).

Está aí uma das “janelas” teóricas possíveis através da qual se pode pensar em aprofundar a relação da AD com o interdito. A identificação do simbólico com as condições de produção, ou então a tentativa de colocar o simbólico do inconsciente (não o da cultura), como produtor de sentido, via relação do sujeito com o simbólico, com o Outro, pode ser vista em Orlandi numa passagem digna de um freudiano:

“Esta dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo) o lugar do *non sense*, o equívoco a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento”, (1992, p. 12)

Esse parágrafo pode ser colocado em relação com a proposta de Lacan, que olha as formações do inconsciente como sendo de onde surge o novo e o cerne, pois o cerne é o enunciatário, e este só aparece em suas marcas (do significante) que o sentido deixa. Estas últimas observações levam a outras indagações: Se o sujeito, o enunciatário, só é pego pelas marcas simbólicas que deixa, então será que ele é

inacessível em si mesmo, (uma vez que ele só pode ser visto na e pela linguagem)?

A questão da incompletude do discurso levanta outros pontos: todo discurso é uma relação com a incompletude, porque é uma relação com a coisa que foi morta pela linguagem, e que agora só é acessível através dela, e portanto a linguagem jamais é completa, pois não se pode tocar o real, o objeto perdido “em seu todo”, ou “em si mesmo”; só temos acesso a ele pela linguagem.

A noção de incompletude do sujeito e/ou do discurso deve ser articulada com a noção de repetição em Lacan, pois, se uma vez o objeto foi perdido, o sujeito tenta alcançá-lo pela palavra; mas, como nenhum discurso é completo, ele se vê obrigado a repetir, para que possa expressar sua **verdade**.

É como se a linguagem dispusesse de um “motor dialético”, pois, se por um lado temos a tentativa de silenciar, por outro temos a tentativa de revelar, e o discurso se alonga, se desenrola, ora para silenciar, ora com momentos preciosos onde o enunciatório aparece através de significantes.

A relação à castração é condição de produção de uma estrutura psíquica, e depois de estruturado, o sujeito não muda mais de estrutura. Assim, conforme o tipo de negação à castração o sujeito será neurótico, psicótico ou perverso. Então, uma interdição pode ser vista como condição de produção de uma estrutura (ou será o tipo de negação que é condição de produção?). E uma vez em uma estrutura, o sujeito tem condições limitadas de produção psíquica, não pode produzir tudo; produz o possível.

Afirmei acima que o silêncio não é fundador, pois para mim ele é condição de vir-a-ser do discurso, O fundador seria o interdito, pois é ele que nos obriga a falar. A leitura que faço das noções de Orlandi (1992) sobre o silêncio é que ele é a possibilidade do movimento dos sentidos, de sempre surgir um novo sentido. Assim, o silêncio parece esvaziado, visto que não tem um sentido. Porém, ele significa; ele não é um reservatório de coisas – é a possibilidade de surgirem novos discursos. No meu entender, Orlandi mostra isso no seguinte trecho:

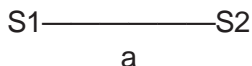
“E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo”

da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos.” (1992, p. 23).

Quando falamos do real, temos que admitir que há algo lá, que há objetos a serem descritos (nem que apenas suponhamos que eles existam), e se há algo dentro do real, se há uma “coisa em si”, se há um “absoluto”, então há uma verdade. A idéia do significado como algo apenas escondido mas que existe, que já se sabe, é um tipo de tratamento da questão da verdade, e tem a ver com a interpretação, que para Pêcheux (1990), tem implicações éticas e políticas. Lacan também tem um tratamento da verdade, como notamos a seguir: “A verdade só se funda pelo fato de que a palavra, mesmo mentirosa, a reclama e a suscita.” (LACAN, 1985, p. 127).

A noção de que há uma verdade, ainda que seja a “verdade do sujeito”, só é acessível à psicanálise, porque ela busca o enunciatário. Na lingüística estruturalista, para Saussure (1994), por exemplo, só se devia estudar a língua e deixar a fala de fora, pois ela é o espaço da desordem e do não-inteligível, da liberdade.

O avanço da psicanálise se deve ao fato de que ela capta o enunciatário como **fora** do enunciado. Apesar de ele ser acessível pela linguagem, esta não é o sujeito, ela apenas demarca onde ele está, por suas **bordas**. O esquema abaixo ilustra estas observações:



A esse respeito, Lacan diz, ainda no Seminário 11:

“Eu lhes ensino então a se guardarem de confundir a função do \$ com a imagem do objeto a, na medida em que é assim que o sujeito, este, se vê, redobrado -se vê como constituído pela imagem refletida, momentânea, precária, da dominação, se imagina homem apenas pelo que se imagina.” (1985, p. 135)

Outro ponto relevante para esta pesquisa tem a ver com a possibilidade de tanto a produção psíquica quanto a de linguagem serem condicionadas pelo mesmo operador: o Outro. Há algo que convoca a produção de linguagem, e esse algo, possivelmente, é o Outro. Há que se lembrar novamente que o ics é o discurso do Outro. Lacan diz: “O Outro, o grande Outro (A) já está lá, em toda abertura por mais fugidia que ela seja, do inconsciente.” (1985, p. 125). Para Lacan, a

verdade está no Outro: "...aquele que chamamos de o grande Outro (A) , o lugar da fala, virtualmente o lugar da verdade." (1985, p. 135).

Para Lacan também, o discurso está do lado de fora: "Ora, o discurso do Outro, que se trata de realizar, o do inconsciente, ele não está do lado de lá do fechamento, *ele está do lado de fora.*" (1985, p. 126). Possivelmente, para a A.D. o sentido também esteja fora.

Da noção de que o silêncio (ou silenciamento) e o sentido estão em relação dialética, e que **essa relação é o motor** do discurso, podemos dizer **que** sendo essa relação o que constitui o discurso, ela é a essência do discurso. Com efeito, parece que o que garante que um discurso vai ser dito é justamente o fato de que, se ele não for dito, outra coisa pode ser dita no seu lugar. O que queremos dizer é que se o sentido fosse óbvio, não haveria necessidade de dizê-lo, pois todos já saberiam. Este aspecto está ressaltado tanto em A.D., com Pêcheux (1988), quanto na Psicanálise, com Lacan (1985). Este último, por exemplo, ilustra seu ponto de vista com a seguinte "anedota":

"– vejamos a estorinha judia do trem que um dos dois parceiros da história afirma ao outro que vai tomar. *Eu vou a Lemberg, lhe diz ele, ao que o outro responde – Por que você me diz que vai a Lemberg já que você vai lá mesmo, e que, se você me diz, é para que eu acredite que você vai a Cracóvia?*" (1985, p. 133).

Por que uma pessoa diz algo? Para garantir a ela mesma e aos outros que é aquilo que ela "quer" dizer (pois o que ela deseja ou quer dizer não é óbvio), e não outra coisa. Comentaremos apenas de passagem dois aspectos que devem ser aprofundados, como um desdobramento possível desta proposta:

Orlandi (1992) fala do real e do simbólico, mas afirma que é preciso usar esses conceitos de uma maneira específica para a AD Fala também do conceito de "lalangue" (MILNER, 1987), que deve ser estudado.

Concluindo, provisoriamente, posso dizer que parece existir um modo possível de articulação teórica entre a AD e a teoria lacaniana, através do conceito de **interdito**, que funcionaria como fundador tanto da produção de discursos possíveis quanto da produção psíquica, ainda que o interdito e/ou o interditor não sejam os mesmos no discurso e no inconsciente.

TFOUNI, F. E. V. Interdiction as the Foundation of Discourse

Abstract: *The aim of this work is to reflect on interdiction as the foundation of discourse. In order to do so, we discuss Orlandi's work. For this author, the foundation is silence. We affirm that, if it's possible to say everything, you end up saying nothing, so it's necessary not to be possible to say everything.*

Keywords: *discourse; interdiction; foundation; silence; psychoanalysis.*

Referências

COTTET, S. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER G. **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987, p. 12-28.

DOR, J. **Introdução à Leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992, 203 p.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade** - Vol. I-Vontade de Saber. S. Paulo: Graal. 1977, 276 p.

KOJEVE, A. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2002, 557 p.

LACAN, J. La instancia de la letra en el inconsciente o la razón desde Freud. In: LACAN, J. **Escritos I**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 1971, 887 p.

_____. **O Seminário – Livro 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990, 269 p.

LEBRUN, G. **O Que é Poder**. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, 146 p.

MILNER, J-CL. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, 84 p.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio no Movimento de Sentidos**. Campinas, Editora UNICAMP. 1992, 189 p.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1988, 317 p.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?**. Campinas, SP: Pontes Ed. 1990, 68 p.

_____. Análise Automática do Discurso. In Gadet, F. & Hak, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP. 1993, p. 85-115

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix. 1994, 279 p.